



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 01

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10/01/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 10/01/2012

ATA Nº 01

----- Aos dez dias do mês de Janeiro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 27 de dezembro 2011 foi aprovada por maioria, com uma abstenção, do Sr. Vereador Luís de Almeida Gonçalves. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente deu as boas vindas ao restante Executivo, formulou votos de um Bom Ano, extensivo às famílias e referiu que embora saibamos que o novo ano não vai ser nada fácil, iremos trabalhar no sentido de tentar minorar as dificuldades. -----

1.1 - Comunicação do Sr. Vereador Luís de Almeida Gonçalves

----- O Sr. Presidente deu a conhecer ao restante Executivo, o teor de um e-mail que lhe foi dirigido, remetido pelo Sr. Vereador Luís de Almeida Gonçalves, na sequência de intervenções constantes nas Atas nºs 24 e 25, de 29/11/2011 e 13/12/2011,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

respetivamente. -----

----- Face ao conteúdo do mesmo, o Sr. Presidente manifestou incredulidade e indignação quanto às acusações que lhe são dirigidas, que considerou de extrema gravidade, por serem totalmente falsas, colocando em causa a sua integridade, a sua dignidade e o seu sentido de responsabilidade, enquanto responsável máximo da Autarquia. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Sr. Vereador Luís Gonçalves e confrontou-o no sentido de este se retratar quanto às acusações que lhe dirige na comunicação em causa, pelo que, não o fazendo, avançará com uma participação criminal para o Ministério Público, no sentido de apurar a verdade dos factos.-----

----- Após alguma troca de palavras e não tendo havido da parte do Sr. Vereador Luís Gonçalves qualquer intenção de se retratar, dizendo, pelo contrário, que não retirava uma única palavra ao que tinha afirmado, o Sr. Presidente deu por encerrado o assunto, comunicando ao restante Executivo que iria proceder a participação criminal contra o Sr. Vereador Luís Gonçalves junto do Ministério Público. -----

1.2 - A A23 e a discriminação positiva do Pinhal Interior Norte

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, na sequência de uma ação de divulgação pública (folheto) levada a efeito pela Estradas de Portugal, S.A, no âmbito do pagamento ou isenção ou desconto que aos utilizadores das portagens eletrónicas das autoestradas competirá, e tendo em conta o desfasamento territorial implícito nos anexos do Decreto-Lei e da respetiva Declaração de Retificação, quando se associa a Concessão do Interior Norte (A24) à Unidade Territorial do Pinhal Interior Norte, a nossa Comunidade Intermunicipal já se pronunciou sobre esta matéria e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra dirigiu ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego, um ofício do seguinte teor: -----

----- *“O Município de Pampilhosa da Serra, com base no disposto no Decreto-Lei nº 111/2011 em que é garantida a criação de um regime de discriminação positiva para as populações das regiões mais desfavorecidas, através de descontos nas taxas de portagem em autoestradas e tendo em consideração a Declaração de Retificação nº 34/2011 de 7 de dezembro, onde são identificados os concelhos abrangidos pela área de influência das autoestradas sem custos para o utilizador, vem junto de Vossa Excelência alertar para o desfasamento territorial, implícito nos anexos do Decreto-Lei e da respetiva Declaração de Retificação, quando se associa a Concessão do Interior Norte (A24) à Unidade Territorial do Pinhal Interior Norte. -----*

----- *É nosso entendimento que os dois sublanços da A23 (Concessão da Beira Interior e Concessão da EP, S.A) devem ser considerados na discriminação positiva da NUT III do Pinhal Interior Norte, por ser esta via a que mais condiciona a acessibilidade ao nosso território interior de baixa densidade. -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, vimos solicitar de Vossa Excelência reconsidere a posição assumida e agradecer toda a compreensão na defesa dos interesses do Pinhal Interior Norte e deste Concelho." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.3 - TDT - Informação

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo que, relativamente à questão da TDT (Televisão Digital Terrestre), é de toda a conveniência que os membros do Executivo sejam um veículo de transmissão de informação junto da população, relativamente a um problema que se afigura de alguma gravidade e que tem a ver com a deficiente cobertura de TDT no nosso Concelho. -----

----- Informou que esteve presente numa reunião realizada no Fundão, com um representante da ANACOM e um representante da Administração da PT e numa outra reunião havida a semana passada em Lisboa, com a Administração da PT, no âmbito das diligências levadas a efeito pela Câmara Municipal relativamente à cobertura da TDT no Concelho da Pampilhosa. -----

----- Sobre a questão em apreço, o Sr. Vice-Presidente informou com detalhe o que vai acontecer em termos de cobertura a nível nacional e particularmente no nosso concelho. -

----- De igual modo mencionou os meios técnicos que estão ao alcance das pessoas, e dos valores das despesas e das comparticipações que eventualmente poderão vir a ser aplicados, para que todos possam ter acesso, em boas condições, aos 4 canais de televisão, sem pagar mensalidades. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Alteração nº 1 do Orçamento e Grandes Opções do Plano - 2012

----- Foi presente a Alteração nº 01 do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2012, no valor de 3.810.000,00 € e 1.455.000,00 €, respetivamente. -----

--- Após análise dos documentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.2 - Cancelamento da Contratação de um Empréstimo até 3.900.000,00€ **- Processo nº 1080/10 do Tribunal de Contas**

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Por deliberação datada de 26 de maio de 2010, foi iniciado o procedimento com vista à contratação de um empréstimo a Longo Prazo, até ao valor de 3.900.000,00€. -----

----- Das vicissitudes ocorridas no decurso do tempo e das alterações entretanto verificadas pela aplicação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, veio o Douto Tribunal proferir em sessão diária de visto, da 1ª Secção, de 21 de outubro de 2010, devolver o processo com o seguinte despacho: -----

----- *Em cumprimento do despacho proferido em sessão diária de visto, da 1ª Secção, de 21 de outubro de 2010, o processo é devolvido com o seguinte despacho: -----*

----- *Em sessão diária de visto decide-se devolver o contrato a fim de a C.M. de Pampilhosa da Serra ponderar a redução do empréstimo para um montante de 262.700,95 € (correspondente ao valor das amortizações da dívida no exercício orçamental de 2010) face ao disposto no artº 15º nºs 1 e 2 da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho. -----*

----- *Em alternativa, poderá a mesma Câmara Municipal ponderar o acionamento do nº 4, do referido artº 15º, da Lei nº 12-A/2010". -----*

----- No cumprimento da deliberação datada de 26/10/2010, solicitou este Município em 08 de novembro, 06 de dezembro de 2010 e 03 de janeiro de 2011 um pedido de audiência a Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, Dr. Fernando Teixeira dos Santos, a fim de tratar deste assunto no âmbito da gestão financeira do Município. ---

----- Apesar de várias insistências efetuadas também por fax e por telefone, na pessoa da Senhora Chefe de Gabinete, nunca nos foi concedida tal audiência.-----

----- Assim e atendendo que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelo decurso do tempo, já realizou todos os investimentos e os liquidou (pagou), e não querendo acionar o nº 4, do artº 15º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, proponho o cancelamento do referido empréstimo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade cancelar o empréstimo a que se refere o processo nº 1080/10 e dar conhecimento ao Tribunal de Contas e ao Banco Santander Totta, S.A. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - Junta de Freguesia de Machio **- Pedido de apoio**



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Machio a comunicar que, como é do conhecimento da Câmara Municipal, decorrente que foi de doação e aquisição dos bens de António Rodrigues Carvalho àquela Autarquia, além dos prédios rústicos, existe também um prédio urbano, situado na povoação de Machio de Cima, que se afigura de todo o interesse proceder a diversas obras, no sentido de o converter numa casa de Turismo Rural, tendo em conta a inexistência de estabelecimentos com essa finalidade na margem sul do Concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Após terem procedido ao levantamento das obras necessárias para adaptar o imóvel ao fim pretendido e face ao orçamento apresentado, no valor de 10.000,00€, a Junta de Freguesia de Machio, vem solicitar o apoio possível do Município uma vez que não possui a verba necessária para realizar as referidas obras. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder à Junta de Freguesia de Machio um subsídio no valor de 9.000,00 €, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.4 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra **- Apresentação de contas dos Nadadores Salvadores - 2011 e seguro do veículo "UMS"**

----- Foi presente uma carta da Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a apresentar as contas referentes aos custos com os Nadadores Salvadores, na época balnear 2011, bem como o prémio de seguro relativo à viatura "UMS", perfazendo um total no valor de 3.368,18 €, conforme documentos em anexo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a importância supra mencionada. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.2.1 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses - Transferência de Competências dos Governos Cíveis

----- Foi presente a Circular nº 162/2011-FD da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a comunicar que no âmbito da transferência de competências dos Governos Cíveis operada pela Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro, vêm dar conhecimento das principais competências que passam para o Presidente da Câmara, consagradas nos seguintes Diplomas: Decreto-Lei nº 406/74, de 29/08 - Garante e regulamenta o direito de reunião; Decreto-Lei nº 319-A/76, de 3/05 - Regulamenta a eleição do Presidente da República; Lei nº 14/79, de 16/05 - Lei Eleitoral para a Assembleia da República; Lei Orgânica nº 1/2001, de 14/08 - Lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das Autarquias Locais; Decreto-Lei nº 253/2003, de 18/10 - Linha de crédito especial e estabelece as respetivas regras e condições de utilização por empresas, em consequência de danos sofridos nos incêndios ocorridos nos distritos de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Portalegre, Leiria, Setúbal e Faro; Decreto-Lei nº 65/2007, de 12/11 - Organização dos serviços municipais de proteção civil. -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Aquisição de Prédio Rústico, sito em Pontinha, Freguesia de Portela do Fojo

----- Pelo Sr. Presidente foi dito: -----

----- Considera-se necessária a aquisição de um prédio rústico sito no lugar de Pontinha, na freguesia de Portela do Fojo, deste concelho de Pampilhosa da Serra, composto de terra de pinhal, mato e pastagem, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº 2361, com a área de 3.600 m², pelo preço acordado de 15.000 Euros, ao Sr. José Marques Tavares e esposa Olga de Jesus Pinto Bouça, com os N.I.F.s 114499500 e 103404767, respetivamente, proprietários do mesmo, e que se destinará direta e imediatamente à realização dos fins do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar o respetivo título de compra e venda do prédio supra identificado, e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - IMI - Avaliação Geral de Imóveis

----- Foi presente a Circular nº 161/2011 da ANMP, do seguinte teor: -----

----- “ Foi publicado o segundo orçamento suplementar ao Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro), que procedeu à alteração do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro e ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Este diploma visa estabelecer, designadamente, os princípios e regras operacionais nos quais assentará a avaliação geral de imóveis, bem como a definição de novas competências por parte das entidades intervenientes. -----

----- Neste âmbito, estabelece o artigo 15º-C que, no prazo de 10 dias após solicitação dos mesmos, as Câmaras Municipais devem enviar aos serviços de finanças da área da situação dos prédios urbanos, por via eletrónica, a documentação relativa aos prédios urbanos e prevista nos nºs 2 e 3 do artº 37º do CIMI.-----

- O referido artigo 15º-C determina ainda que, em caso de impossibilidade da entrega dos documentos supra mencionados e relativos aos prédios urbanos, as Câmaras Municipais terão de proceder ao apuramento da área de construção dos imóveis, com a cooperação dos proprietários, nos termos do artigo 40º do CIMI. -----

----- Os Municípios terão um papel ativo e fundamental para que a avaliação dos imóveis situados na sua circunscrição territorial se efetue de forma eficiente e dentro do prazo previsto. ----

----- Assim, a avaliação geral, tanto pela sua complexidade, envolvendo cerca de 5,2 milhões de prédios urbanos, como pela urgência da sua execução, com prazo até ao final de 2012, implicará um grande empenhamento por parte dos Municípios, seus principais beneficiários. -----

----- A atualização do valor tributário, de cerca de 2/3 dos prédios urbanos existentes e não avaliados nos termos do CIMI, deverá originar um aumento na receita de IMI, conjugado com o fim do prazo de muitas isenções referentes a este imposto e também à já extinta Contribuição Autárquica. -----

----- Este processo irá simultaneamente aprofundar a equidade fiscal já visada na Reforma da Tributação do Património, corrigindo situações de profunda injustiça entre contribuintes. -----

----- (...) Iniciando-se a avaliação geral já no próximo mês de janeiro, torna-se urgente que os Municípios tomem, em seu próprio interesse, medidas que permitam antecipar problemas e obstáculos relacionados com o envio em formato digital de toda a documentação acima indicada e no prazo máximo de 10 dias, conforme referido anteriormente. Sugere-se que os Municípios procedam à indicação explícita de um coordenador responsável, neste âmbito, por formar e monitorizar outros técnicos municipais; Preparem e digitalizam toda a documentação referente aos prédios sujeitos a avaliação; No caso de o município não estar apetrechado com equipamentos apropriados para o efeito, este trabalho possa ser centralizado na respetiva CIM, reduzindo desta



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

forma os custos relacionados com a aquisição do referido equipamento e ganhando economias de escala. -----

----- Face ao exposto, a ANMP em parceria com a DGCI, promoverá durante o mês de janeiro um conjunto de ações de formação e informação por CIM/Área Metropolitana á semelhança das ações realizadas no passado mês de setembro, conforme quadro em anexo." -----

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - CULTURA

4.1.1 - Adenda ao Acordo de Colaboração do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB - 2011/2012

----- Foi presente a Informação nº 3, do Serviço de Cultura, a remeter , para aprovação, a Adenda ao Acordo de Colaboração do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2011/2012, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada e a Cáritas Diocesana de Coimbra. -----

----- Este documento tem como objetivo definir os termos e condições das partes no que concerne ao acompanhamento dos alunos nas eventuais ausências dos docentes das AEC'S. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do documento e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Atribuição de Bolsas de Estudo

----- Foi presente a Informação nº 006/2012 do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No âmbito da receção de mais dois pedidos para requerer Bolsa de Estudo (após requerimento ao Sr. Presidente do Município), e após confirmação de dados e documentação que instrui o processo, de acordo com o Regulamento Municipal, apresenta-se proposta em anexo. ----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Estando os dois processos em condições de usufruir da referida Bolsa, propõe-se ainda que o montante a atribuir nos primeiros três meses, seja pago numa só tranche aos candidatos." -----

Nº	Nome	Média	Valor a pagar
7	Daniela Gonçalves Gaspar	14,0	200,00€ + 50,00€ = 250,00€ 250,00€ x 3 meses = 750,00€
8	Débora Patrícia dos Santos Gonçalves	14,0	200,00€ + 50,00€ = 250,00€ 250,00€ x 3 meses = 750,00€

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Declaração de Intenções

----- Foi presente a Informação nº 01/2012 do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento do pedido de parceria formulado pela Cáritas Diocesana de Coimbra, no âmbito do Lar de Jovens de Santa Maria de Semide, ao programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, venho por este meio e conforme solicitado por esta entidade, dar conhecimento da emissão de uma Declaração de Intenções, entre o Município e a Cáritas Diocesana de Coimbra para apoio à dinamização de um Núcleo de Intervenção Familiar, cujo principal objetivo é desenvolver um conjunto de respostas especializadas (Avaliação Familiar / Terapia Familiar / Terapia Multifamiliar / Treino de Competências Parentais / Educação Parental / etc.) com as crianças / jovens institucionalizados e suas famílias, integrando esta Declaração de Intenções o processo de candidatura para este programa.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar.

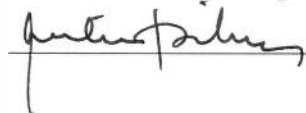
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,

 _____, que a subscrevi. -----

